

# Atlântida: do Mito à Utopia/Ucronia

## Maria do Rosário Girão Ribeiro dos Santos

*“Atlântida – a busca do continente perdido continua – o debate está aberto”* – era este, na verdade, o título do **Virginian Pilot** de 23 de Abril de 1987, que incidia sobre um simpósio, apadrinhado pela Atlantic University e pela Foundation Edgar Cayce de Virginia Beach, em torno dos mistérios da Atlântida revisitada <sup>1</sup>. Os oradores, ideologicamente divididos, advogavam as mais heteróclitas ou diversificadas posições perante o enigma: atlantidófilos convictos, cépticos fervorosos, exploradores cômicos da autenticidade das descobertas controversas em redor da ilha de Bimini no decénio de 1960/1970, pesquisadores hesitantes quanto à identificação dúbia de certas formações naturais, insusceptíveis de tenderem à formulação de uma tese com rigor científico, e arqueólogos adeptos de uma procura denodada com base em documentos reconhecidos constituíam prova flagrante da recrudescência do interesse pela ilha lendária, mas rediviva, do Oceano Atlântico. Afinal, a Atlântida não era uma mera palavra singular/denotativa, mas um conceito plural, polissistémico e plurissemântico, ou, por outras palavras, a antecâmara genuína da mitografia. Partindo do binarismo algo primário Atlântida Ocidental (índiciando a sua localização a oeste do estreito de Gibraltar) e Atlântida Oriental (traduzindo a sua eventual extensão e incursão por terras do Novo Mundo), forçosa se tornou a proliferação atlantológica em

direcções várias e variegados campos do saber, acuradamente tacteados por geólogos, biólogos, oceanógrafos, etnógrafos e fantasistas<sup>2</sup>. A oceanografia, perscrutando os mapas batimétricos, empenhou-se em demonstrar que, numa anterioridade temporal remota, o que se encontra actualmente submerso detinha configuração terrestre inegável, muito provavelmente sita entre a América e a Madeira. A biologia quedou-se, preferencialmente, com base na despótica noção de ponte intercontinental, sobre as afinidades morfológicas e filéticas entre espécimes animais e vegetais, evidenciadas pela paleogeologia e paleobotânica, e suas subseqüentes migrações em épocas geológicas distintas. A antropologia, navegando com desenvoltura num universo de aporias, debruçou-se sobre a circulação dos seres humanos entre os dois continentes e respectivos traços distintivos, entre os quais a raça vermelha e a forma sui generis do crânio. Por fim, os fantasistas, de entre súpula considerável de complexas teorias de sabor aliciante, idearam que o reino fantasmagórico não havia sido, de modo irremissível, submerso pelas águas, mas que haveria de reemergir, como nos tempos do gigante Atlas, pela via de uma catástrofe natural. E assim se foi tecendo e entretecendo a teia da Atlântida como mito, mito que, na perspectiva de Mircea Eliade<sup>3</sup>, narra uma história sagrada, um evento que teve lugar no tempo primordial, uma realidade total – o Cosmos – ou fragmentária – uma ilha – gerada (s) por um ser sobrenatural, uma irrupção do sublime no profano e um paradigma de todo e qualquer acto significativo.

Ora, se o mito narra uma história sagrada, ou seja, uma revelação trans-humana concrecionada na aurora do Tempo, é suposto exprimir a verdade absoluta, e tornar-se, por conseguinte, exemplar, no sentido em que serve de arquétipo/modelo virtual (susceptível de tornar a operacionalizar-se pela via da repetição) e, conjuntamente, de justificação para as acções e comportamentos do homem<sup>4</sup>. Por tais motivos é que, do ponto de vista de Bronislaw Malinowski<sup>5</sup>, o mito constitui um princípio essencial da civilização humana, uma realidade viva e vital, uma codificação da religião primitiva ou da "sagesse" prática e um trampolim originário para o sentido do rito, cuja força se torna passível de recriação de um passado ab origine. Como mito, e segundo Antonio Ruiz de Elvira<sup>6</sup>, a Atlântida pode ser caracterizada, mediante abstracção esquemática ou essencial, numa tríplice vertente: a incerteza

ou improbabilidade, a exigência de veracidade e o poder de transmissibilidade. De facto, todos os mitos não só pretendem ser verídicos, apregoando que os factos mencionados ocorreram exacta e literalmente como referidos são, mas também invocam e evocam a sua tradicionalidade ou, melhor dito, a sua comunicação (verbal ou escrita) através de dois agentes: o primeiro narrador ou testemunha inicial e o auditor primeiro/narrador segundo (cronologicamente falando) que escutou o caso e o transcreveu para o silêncio da página em branco. De realçar, neste contexto, que a incerteza ou improbabilidade afecta tão somente os dados verosímeis de cada mito, visto que os elementos inverosímeis, capitais em importância e significação, não cessam de se entrecruzar, de modo inextricável, com aqueles outros possíveis, quase reais.

Assim, quando o Abbé Th. Moreux escreve uma obra intitulada *L'Atlantide a-t-elle existé?*<sup>7</sup>, mais não faz do que congraçar lenda e realidade, contrabalançando a perda da recordação da raça orgulhosa dos Atlantes, delida no misterioso passado da pré-história, e a sua ressurreição mercê da ciência, cuja voz adverte para a precariedade ou instabilidade dos mundos possíveis. Comum à ficção e à mitologia é, com efeito, a pertença ao domínio da possibilidade, tendo em conta que a cada acontecimento mitológico subjaz ou pode subjazer uma base concreta ou empírica, tendo em conta que a narrativa mítica é condicionada pela psicologia (e demais realidades ontológicas, físicas e morais) e tendo, finalmente, em conta que os mitos podem deter valores simbólicos e alegóricos, sem se confundirem com alegorias e símbolos propriamente ditos. Nesta sequência, e parafraseando Walter F. Otto<sup>8</sup>, não podemos deixar de reconhecer no mito uma grandeza e um dinamismo inigualáveis, antecedendo o pensamento racional, funcional ou lúdico, assumindo-se como vector de criação por excelência na produção activa da figura e revelando-se indissociável do culto, culto este explanado em termos de "attitude spécifique dans laquelle le mythe prend figure" ou, melhor dizendo, como atitude corporal e espiritual características pelas quais é sólito o homem responder-lhe. Nesta ordem de ideias, e quando o mito se encontra realmente vivo, não há diferença alguma, a bem dizer, entre o sagrado e o profano: a galáxia mítica alarga-se de um pólo a outro, olvida o seu enquadramento sobrenatural, perde o seu suporte arcaico, penetra na dimensão vulgar de mortais não endeusados e identifica-se com um universo ficcional de seres de

papel. É então que, segundo Lévi-Strauss, o mito deixa os primórdios – “avant la création du monde”, “pendant les premiers âges”, “il y a longtemps” – para instaurar a sua essência atemporal (estrutura permanente reenviando ao passado, ao presente e ao futuro) nos tempos em devir<sup>9</sup>. Sendo de teor colectivo (conquanto não se afigure despidendo o estudo da intencionalidade de uma consciência mitopoética), o pensamento mítico caracteriza-se, nomeadamente, pela sua perdurabilidade, pela sua capacidade de renascer após ter caído em letargia, dado que, citando Pierre Sansot, esse pensamento “ne dépend pas de nos caprices individuels (...) est rattachée à l’Anthropos primordial (...) ondule, scintille, vibronne et, par là même, donne des signes de vie.”<sup>10</sup> Daí que, no dizer de Victor Jabouille, o mito surja, face ao homem, como uma resposta teológica para as suas aspirações, como um dimensionamento microcosmático do Universo, como uma socialização dos problemas individuais e como um reconhecimento das suas origens e tradições, numa perspectiva que pode tornar-se nacional<sup>11</sup>.

Falar, porém, de mito no sentido valeriano do termo – “Ce qui périt par un peu plus de précision est un mythe” – sem tentar elaborar uma sua eventual tipologia parece, à partida, aleatório e carecente de fundamentação. Urge, deste modo, apresentar, numa primeira etapa, o mito espontâneo ou, por outras palavras, o mito naturalmente advindo de um homem ou de um povo, com o escopo de satisfazer a necessidade de expressão, a objectivação dos matizes anímicos, a etiologia de um determinado facto e a formulação de um conceito moral. Em segundo lugar, pertinente se torna mencionar o mito reflexivo, que carrega, como o adjectivo epíteto indicia, a intervenção da reflexão, o aperfeiçoamento da arte narrativa e a intrusão de um simbolismo religioso ou esotérico. Concluindo esta catalogação incipiente, vem o mythus instructus, deliberadamente fabricado por prazer ou com um acentuado intuito instrutivo. Se, no primeiro, há que destacar uma fé ilimitada no objecto mítico, concretamente enformado, e, no segundo, uma crença mediata à maneira de símbolo, o terceiro – que é o caso do mito da Atlântida – veicula a marca característica do seu autor/criador. Esta subentendida função criadora, resumindo o semantismo platónico do lexema **poeta** – o que faz ou é suposto fazer qualquer coisa... – , não pode ser tomada na acepção absoluta do termo, isto é, inventio, construção a partir do nada, criação ex nihilo. Se,

por um lado, a personalidade do autor se desvela, como é óbvio, nas malhas idiossincráticas de um discurso perpassado de justaposições, transposições e transfigurações dos valores objectivos inerentes aos elementos primordiais, por outro, o filósofo grego, coadjuvado pelo seu imaginário, não deixa de tratar as fontes documentais de teor histórico, toponímico, heróico, geográfico e cosmogónico a partir das quais elabora a sua narrativa. Como nos é dado ler na obra intitulada ***O mito do eterno retorno***, Platão pode ser considerado como o filósofo da mentalidade primitiva e/ou como o pensador que conseguiu valorizar os modos comportamentais/vivenciais da humanidade dos primórdios, já que a ontologia originária detém uma estrutura platónica. Apesar, porém, da eventual repetição do arquétipo (no caso da Atlântida, a dúvida reina e reinará soberana...), a originalidade do artista não fica, de modo algum, diminuída, pois o seu grande mérito reside na justificação teórica dessa visão da humanidade arcaica através dos meios dialécticos que a espiritualidade epocal lhe podia fornecer <sup>12</sup>.

E é precisamente Platão o pioneiro da atlantologia, ao narrar a história do continente mítico no ***Timeu*** e no ***Crítias***, duas obras redigidas no final da vida (cerca de 355 antes de J.C.), que desencadearam diacronicamente um fértil campo de polémica, quer entre os especialistas, quer entre os amadores ou leigos na matéria. Na óptica de Fernand Robert e Pierre Vidal-Naquet <sup>13</sup>, Platão havia sonhado, ao evocar a magia atlante, com a Creta de Minos do segundo milénio antes de J.C.: em tal contexto, a Atlântida platónica exprimiria, sob o artifício mítico, a memória grega da organização política dos Cretenses de então. Porém, e folheando atentamente o ***Timeu***, deparamos com a solicitação que Crítias o Moço faz a Sócrates para que este atente numa história de antanho que ele apresenta como autêntica, denegando peremptoriamente a eventual ficcionalidade ou delírio irrealista que a sua bizarria possa desencadear: "(...) Écoute donc, Socrate, une histoire à la vérité fort étrange, mais exactement vraie, comme l'a jadis affirmé Solon, le plus sage des sept sages. (...)" <sup>14</sup>. E logo se inicia, no tocante à necrópole delida do mapa, a narrativa platónica indirecta, porque alicerçada nos eventos relatados ao legislador e poeta ateniense Sólon por um idoso sacerdote da deusa Atena ou Neith, em Sais, no Egipto. Depois de ouvir Sólon relatar o que ele, Sólon, julgava ser (mas, na realidade, não era...) o mais antigo património da

humanidade grega, um dos decanos não se inibiu de lhe retorquir enigmaticamente: "(...) Vous autres Grecs, vous êtes toujours des enfants, et il n'y a point de vieillard en Grèce." <sup>15</sup> Na retentiva deste sacerdote, narratário e narrador intradieético, os atenienses desconheciam o seu historial, consignado nos arquivos de um Egípto detentor de civilização há já oito mil anos, e ignoravam que a Atenas de outrora, há nove mil anos civilizada, fora uma cidade exemplar, aguerrida, belicosa, valente, afeita à ciência, sequaz da lei, amiga da ordem e edificadora das "plus belles institutions politiques dont nous ayons entendu parler sous le ciel" <sup>16</sup>. Só que esta urbe-padrão tivera que afrontar uma potência insular anti-modelo, maior do que a Líbia e a Ásia reunidas, posicionada, no seio do Oceano, face ao estreito que vulgarmente se designa por "Colunas de Hércules", e cujos habitantes possuíam uma cultura particularmente avançada, dedicando-se à metalurgia, à criação de gado e à agricultura. Os viandantes do tempo podiam transitar da Atlântida (império que não só englobava várias ilhas como até certas partes continentais) para as demais ilhas e, a partir destas, atingir o continente erigido na margem oposta desse Atlântico dos Atlantes <sup>17</sup>. Na época em que os deuses haviam partilhado entre si a Terra, Atenas ficara a pertencer a Atena e a Hefesto e Posídon dominara a Atlântida, onde vivia Clito, donzela que perdera os pais, Evenor e Leucipe. Apaixonado por Clito, que habitava na montanha central da ilha, o deus rodeou o seu domicílio (edificado num país bastante montanhoso, recheado de precipícios e circundado por montanhas a pique) de muralhas e bordejou-o por uma planície, em forma de quadrilátero rectilíneo e oblongo, cingida de um fosso escavado a um pletro de profundidade <sup>18</sup>. Dividiu o território insular em dez partes, repartidas pelos seus filhos, cinco pares de gémeos, e atribuiu a supremacia ao primogénito Atlas, que reinou sobre a já referida montanha central e daí exerceu o seu poder. Se a Atlântida era, por natureza, pletórica, quer no tocante à fauna e flora quer no que respeita aos tesouros minerais (ouro, cobre, ferro e oricalco, metal que brilhava como o fogo), sucessivas gerações de reis, descendentes de Posídon e Clito, contribuíram ainda mais para a pletorizar, levantando cidades oníricas, atravessadas por subterrâneos, pontes, canais e cruzamentos conducentes ao incremento do comércio e à organização apertada da defesa. Em cada uma das dez circunscrições imperavam os sucessores dos dez reis primitivos, que se reuniam, todos os anos, na capital, com o fito de participarem numa

cerimónia-rito de caça ao touro e consequente ingestão do sangue do animal degolado. Em seguida, e depois de as lâmpadas se apagarem, julgavam-se uns aos outros, trajados de azul escuro e sentados sobre as cinzas ainda quentes do sacrifício realizado<sup>19</sup>. Estes Atlantes, derrotados pelos Atenienses, desapareceram para sempre, submersos por um cataclismo natural, metáfora e símbolo, talvez, da punição infligida pela perda gradual do seu carácter divino e pela assunção progressiva de um estatuto humano, responsável por cortejo inumerável de turpitudes: "(...) Mais quand la portion divine qui était en eux s'altéra par son fréquent mélange avec un élément mortel considérable et que le caractère humain prédomina (...) ils se conduisirent indécemment (...)". Perante esta conduta injustificável, pouco ortodoxa e nada ética, Zeus reuniu-os e disse-lhes ...<sup>20</sup>. Neste ponto preciso encontra a narrativa platónica o seu explicit, o qual, a par do incipit anteriormente mencionado (pseudo-incipit, dado que não corresponde ao incipit do *Timeu*, equivalendo apenas ao incipit do mito da Atlântida), tem vindo a ser objecto controverso de estudo por parte de muitos exegetas, que não raro marginalizam a sua contextualização. Verdade seja dita que, sem descurar a estrita descrição deste enigma do Universo<sup>21</sup>, a impropriedade ou não da sua localização geográfica, a exactidão ou imprecisão das suas indicações arqueológicas, não menos fundamental (antes pelo contrário!) parece ser quer a inserção do episódio em pauta na economia narrativa do *Timeu*, quer o papel de relevo do *Timeu* e do *Critias* na evolução das concepções ideológico-políticas de Platão. No seguimento de uma digressão abstracta sobre as características definitórias do Estado ideal (reenviando à *República*) e subsequentes instituições (classe sacerdotal, isolada das restantes, classe dos artesãos e classe dos combatentes), a cena em foco (narrada por Critias o Moço, que a ouviu a Critias o Velho, o qual, por seu turno, a reteve de Sólon) assume carácter pragmático, visando tanto a concretização das "rêveries" teóricas sobre a organização social como a realização de um Estado-laboratório in integrum. Através do mito consolidado no devir, Platão interpreta os conflitos que, no século V antes de J.C., opuseram as cidades gregas, pequenas, pobres e virtuosas, às potências orientais, preconizando a vitória da razão, da medida e da ordem em detrimento das forças abismais, nocturnas e desumanas de um mundo gerado pelo caos e a ele inelutavelmente votado. O próprio facto de o texto platónico se encontrar inacabado iria, mercê do seu inacabamento,

conceder latitude plena à imaginação humana e acalentar ambiguidades, esperanças e dúvidas num horizonte multimodo a perder de vista. Almejando os antigos a vivência numa dimensão fechada e modelar erguida em desafio à eternidade, a Atlântida, ilha maldita, estranha e abscondita, logo se disponibilizara, mesmo no vazio espaço-temporal, para colmatar o supracitado desejo, adquirindo paulatinamente existência fantasmática. Foi, sob outra identidade, Ogígia, ilha de Calipso revisitada por Ulisses no seu périplo odisséico, descrita como espaço paradisíaco plantado de abetos, choupos e pinheiros, no seio do qual vivia a perigosa filha de Atlas, exímia conhecedora das profundezas talássicas: “(...) Là, des oiseaux aux ailes d'une large envergure avaient bâti leur nid: chouettes, éperviers et corneilles marines aux longs croassements qui s'adonnent aux travaux de la mer. (...)”<sup>22</sup>. Foi, também, aparentada a essas ilhas do mar da Etiópia, entre as quais Cerné ocidental e Cerné oriental, segundo Plínio o Antigo e Elieno, os quais evocam monstros singulares lançados pelo mar nas margens da Gália<sup>23</sup>. Foi, ainda, Satúrnica, ilha situada ao largo da Bretanha, a acreditarmos no testemunho de Plutarco. Foi, por fim, tomando à letra os escritos de Diodoro da Sicília, uma civilização patriarcal suplantada por uma cultura ginocrática e por uma hierarquia social alicerçada no matriarcado. Mirina, rainha das amazonas, guerreiras intrépidas, tendo reunido um exército de mil mulheres de infantaria e vinte mil de cavalaria, invadiu o território dos Atlantes, derrotou os habitantes de Cerné, perseguiu os fugitivos dentro dos muros da cidade, maltratou os cativos a fim de propagar o terror entre os povos vizinhos e passou a fio de espada os homens adultos. Ainda segundo este historiador grego do século de Augusto, ao qual devemos uma *História Universal* dos tempos mais recuados, os Atlantes, vergados pelo medo e vencidos pelo rumor, entrementes espalhado, do desastre dos Cerneanos, entregaram, de comum acordo, as suas cidades à rainha Mirina, que, a seu pedido, se prontificou a combater as Górgones no próprio país<sup>24</sup>. Eis como dois espaços míticos se aglutinaram, por assim dizer, numa dada etapa de um tempo de mito, immortalizando-se epistemologicamente em termos individuais, já que, no dizer de Patrice de la Tour de Pin, os países que perdem as suas lendas estão condenados a morrer de frio.

Avançando cronologicamente, embora sem pretensões genealógicas referentes ao mito, fez-se silêncio total, ao longo da Idade Média, no respeitante

aos segredos da Atlântida <sup>25</sup>: por um lado, o Cristianismo triunfante, pensando a Criação num quadro bíblico, havia encontrado na 'escola' neo-platónica um dos seus mais temíveis adversários; por outra banda, a conquista muçulmana e o divórcio entre a Cristandade bizantina e o Ocidente tinha privado este último da maioria dos textos de Platão. Só quando o Ocidente, graças à Reconquista espanhola, à queda de Constantinopla e aos trabalhos de eruditos como Pico de la Mirandola, redescobriu os escritos do filósofo, é que a Atlântida ressurgiu do fundo do Letes, onde hibernara em apatia letal. Sendo a segunda parte da *Utopia* moriana datada de 1515, no que diz respeito à redacção, ela viria a influenciar consideravelmente o novo rumo dado à hermenêutica do mito: aliás, plagiando Barbey d'Aurevilly, onde os historiadores param por não saber mais nada, logo vêm os poetas/escritores que adivinham e ainda vêm quando os outros já deixaram de ver.

Durante tempos imemoriais, tentou-se catalogar/hierarquizar as utopias, dividindo-as em utopias de evasão e utopias de construção, tipologia dicotómica que nos dá a sensação de ser profundamente artificial e cientificamente infundamentada, tendo em conta o facto de a construção de uma cidade ideal assentar, por força, em óbvias razões de descontentamento perante a urbe real. Ainda a este propósito, urge sublinhar a facilidade que os autores de utopias tiveram em idear constituições estaduais, o mesmo não sucedendo relativamente à criação ou atribuição de eventos a povos distantes revocados à existência. A história dos habitantes de *Vtopiensium insula* <sup>26</sup>, país imaginário representado como inacessível, como ilha perdida na lonjura e como região emparedada por montanhas escarpadas, parece alicerçar-se em três episódios: em 215 antes de J.C., foram conquistados pelo rei Utopus, o qual lhes impôs o comunismo e um sistema ético-social baseado nas quatro virtudes definidas por Platão, a saber, a prudência, a coragem, a temperança e uma justiça que execranda qualquer regime político susceptível de 'produzir' vítimas ou sacrificados. No ano 315 da nossa era, Romanos e Egípcios instalaram-se nesse país *em parte alguma* e contribuíram para a sua revitalização, através de algumas indústrias que o engenho do povo não tardou a aperfeiçoar. Doze séculos mais tarde, Rafael e os seus companheiros falaram de Cristo aos indígenas, sem a intenção de os cristianizar, o que se torna perfeitamente compreensível se nos lembrarmos do raciocínio a

fortiori que esta obra de Sir Thomas More implica: se homens que não conheceram nunca o privilégio da revelação são capazes de exercer/demonstrar tais virtudes, muitas mais e de maior valia praticariam no caso de haverem sido tocados pelos ensinamentos cristãos. Na esteira da filosofia de Platão, mas dela diferindo nalguns aspectos pontuais, Thomas More, esse haereticis molestus, suprime a propriedade individual: na ilha da Utopia trabalha-se (sem excepção) seis horas por dia, sendo o restante tempo consagrado ao desenvolvimento harmonioso do ser, sendo a cultura militar secundarizada em proveito do enriquecimento cultural e sendo a palestra esquecida a favor da leitura. Como corolário das premissas apresentadas, afigura-se consensual conferir à Atlântida platónica um carácter utópico, relevando quer de uma vis profética propriamente dita, quer da persuasão emanada pela ars (artifício) narrativa. Com o fito de corroborar esta asserção, atentemos nalgumas vertentes utópicas morianas derivadas da organização e dialéctica do discurso de Platão:

1. Que a utopia é sinónimo de ficção, eis um axioma irrefutável: designada, no início, por *Mentiranum*, a capital da ilha pretensamente americana, onde corre um rio sem água – *Anhydros* – e onde governa um rei sem povo – *Ademos* –, passa a chamar-se *Amauroton*, isto é, o invisível. Tal ficção torna-se, no entanto, significante a três níveis: o da planificação ideal e intemporal, o do conselho reformista/reformador dado à sociedade da época e o da reflexão fragmentária, implícita e pouco tematizada, sobre as exigências da *praxis* revolucionária <sup>27</sup>.
2. Identificando-se a dicotomia utopia/ucronia ao binarismo terra incógnita/ tempo do nada, as suas coordenadas espaço-temporais comungam de indiferenciação/indeterminação totais, com vista a dificultar ou, até mesmo, a evitar qualquer tipo de verificação geográfica e precisão cronológica que possam enformar a sua dúbia essência.
3. Defluindo da afirmação anterior, as personagens empíricas, com existência concreta, que fazem a sua aparição neste género específico, depressa são desfiguradas e envolvidas num halo alegórico.
4. Nesta sequência, a perspectiva histórica é, com frequência, deformada ou desfocalizada, devido à coexistência pacífica de eventos que se reportam

ao quadro sinóptico do tempo em que viveu o autor e de factos que reenviam a épocas outras, remotas na sua generalidade.

5. A sobrevalorização de um certo sistema de cariz político, social ou ético esboça claramente a figura do que poderá ser menos um Eldorado utópico construído por capricho romanesco do que a criação de uma pátria genuína, sólida, para seres reais, para homens de carne e osso.

Nesta ordem de ideias, as utopias de matriz moriana, desaguando numa perspectiva universalista, descrevem um modelo exemplar caracterizado pela insularidade (fosso em torno da Atlântida, istmo cortado por Utopus, muralhas em redor da Cidade do Sol e clausura profiláctica da *New Atlantis*), pela exigência de programas activos de reforma (diversamente realistas ou quiméricos), pelo anúncio de mudanças radicais nas relações inter-humanas e pelo estabelecimento de um consenso final entre crenças aparentemente nos antípodas. “Je le souhaite plutôt que je ne l’espère”<sup>28</sup> – este segmento frásico com que Thomas More, cidadão e vice-xerife da cidade de Londres, remata o seu tratado mais não vem do que corroborar a presença em simultâneo da dimensão simbólica do desejo e da força real do cepticismo na configuração da utopia.

Tal atitude de descrença é recorrente nos *Essais* de Michel Eyquem, Senhor de Montaigne, que evoca fugazmente a Atlântida a respeito do *novo mundo* onde Villegagnon desembarcara, em 1557, com outros protestantes: “(...) il y avait une grande île, nommée Atlantide (...) et que les rois de cette contrée-là (...) entreprirent d’enjamber jusques sur l’Asie et subjuguier toutes les nations qui bordent la mer Méditerranée (...) mais que, quelque temps après, et les Athéniens et eux, et leur île furent engloutis par le déluge (...)”<sup>29</sup>. Após curiosa intuição, firmada no simples percurso da sua “rivière de Dordogne”, do que devem ser os fenómenos de erosão (hidrográfica e eólica) e transgressão (avanço das águas marítimas), o humanista acaba por deduzir que a lendária ilha platónica não corresponde ao território recém-descoberto que, hodiernamente, dá pelo nome de Brasil. Conquanto testemunhe ou enfatize a subitânea inflicção de cruel desmentido das certezas inquebrantáveis do antigamente, o autor dos *Essais* retoma o seu cepticismo rotineiro ao asseverar que “nous embrassons tout, mais n’étreignons que du vent”, na medida em que a curiosidade do homem sobreleva a sua capacidade.

E é, sem dúvida alguma, este espírito curioso e indagador que dita a Sir Francis Bacon a sua *New Atlantis*, onde se amalgamam reminiscências do Antigo Testamento, mitemas gregos e indícios projectivos da epistemologia nova que o autor tenta promover, onde se entremeiam o sonho de uma cidade filantropa virada para a ciência e o incipiente tratado utópico do Estado-Providência, onde se expõe uma doutrina ambígua no que concerne à integração dos Judeus (questão debatida, na altura, pela Coroa inglesa) e onde Bensalem aparece como o mais digno espelho de que há memória: um espelho do reino da utopia que nos ensina que a representação tradicional e convencionalizada oferecida pelos espelhos normais ou vulgares constitui a deformação mais aberrante que jamais existiu. "Nous quittâmes le Pérou (où nous étions restés pendant une année entière) et fîmes voile vers la Chine et le Japon, par les Mers du Sud, (...)"<sup>30</sup> – mercê deste narrador colectivo ou plural, tão pouco caracterizado que não deixa de opor qualquer resistência à identificação, o leitor visita, com os viajantes tresmalhados, o país do incógnito maravilhoso, não descrito (atendendo à vacuidade da descrição...) como secreto enclave no vasto Oceano, referenciado em ruptura constante com o espaço referencial. Aí, em Bensalem, prospera uma sociedade perfeita (porque sob a égide da utopia...), miraculosamente convertida ao Cristianismo (golpe certo desferido contra a Igreja anglicana...) e à margem das margens do mundo, desde que a primeira e grande Atlântida se esfumou e desde que o príncipe Salomona interditou a entrada de estrangeiros, receoso da desarmonia, do desequilíbrio e da corrupção. De salientar, todavia, o carácter não dogmático deste enclausuramento, periodicamente quebrado pelas viagens de uma misteriosa delegação que pratica o comércio ideológico, a espionagem industrial e a ciência experimental, tal como o início do século XVII as concebia. De realçar, sobretudo, o facto de tal inacabamento se assumir como característica fatal do género: Platão atribuiu a Sólon a intenção, inconcrescível ou não materializada, de redigir um poema épico sobre a Atlântida; ele próprio, por razões que se fundem na bruma dos tempos, deixou o seu *Critias* inconcluso; na peugada dos seus antecessores, Sir Francis Bacon deve ter achado cómoda a figura da abertura, tendo em conta que o fim em aberto da sua narrativa em mais não consiste do que num convite à continuação, repetição, variação, recriação e reconstituição desse mito/utopia/ucronia que se chama Atlântida: "(...) nous, ici, nous sommes

dans le sein de Dieu, une terre inconnue du reste du monde. (...) Ils prodiguent ainsi, chaque fois qu'ils en ont l'occasion, de grandes largesses.”<sup>31</sup> Atendendo no paralelismo “ici” / “reste du monde”, ousamos, desde já, avançar com segunda explicação, conquanto debilmente argumentativa: a de que estes dois universos são dimensões paralelas, assintóticas, não alternativas ou alternantes apenas para os neófitos. Deixando, porém, de lado esclarecimentos que se afiguram dúbios, por constituírem conjecturas, o certo é que Bacon, de acordo com as concepções patentes in *De Sapientia Veterum*, se refere ao mito da Atlântida como a uma alegoria do esquecimento de um saber original ocultado pelos Gregos e passível, a todo o momento, de reaparecimento. Com efeito, o Intendente informa que a velha Atlântida, longe de ter sido englutida, fora temporariamente recoberta por alguns pés de água, o que teria bastado para destruir quase toda a população e fazer cair no olvido essa ‘atlântica’ parte do mundo, a ser redescoberta pelos Europeus muito tempo depois. Assim sendo, a Atlântida primitiva seria a América, não descoberta mas re-descoberta por Cristóvão Colombo. Fabricando, deste modo, a sua própria Atlântida, Bacon afasta-se da matriz platónica, não hesitando em transmutar o seu mito em óbvia declaração de anti-platonismo. Se a Atlântida evocada por Platão não era o *topos* da – sua – cidade ideal (encarnada numa Atenas arcaica, de essência ctónica e não líquida), a nova Atlântida ideada por Sir Francis Bacon constitui paradigma de virtudes, a começar pela instituição de uma Ordem ou Sociedade chamada “Casa de Salomão”, consagrada ao estudo das obras e criações de Deus, e a terminar na “Festa de Família”, homenagem a todo e qualquer homem que vive tempo suficiente para contar trinta descendentes vivos, com mais de três anos de idade. Comum às duas Atlântidas, e numa primeira etapa hermenêutica, sublinhe-se a imagem retida ou filtrada, via *Timeu* e *Crítias*, por Bacon, Primeiro Ministro da Inglaterra: “(...) l’image d’un passé très antique, un temps antérieur aux Grecs où un continent (et pour lui il s’agit métaphoriquement d’un continent de savoir) existait au-delà des limites que les Grecs imposèrent ensuite au savoir en refoulant les sciences antérieures à eux. (...)”<sup>32</sup>. Em contrapartida, o já anunciado anti-platonismo baconiano prolonga-se num plano epistemológico ou epistémico: sendo Bensalem um universo em plena expansão no que diz respeito à proliferação científica, a matemática, rainha das Ciências para Platão, é tão somente contemplada com uma frase concisa,

que traduz na perfeição o seu estatuto de ciência anexa e não substancial: "(...) Nous possédons aussi une maison de mathématiques où l'on trouve tous les instruments possibles, aussi bien de géométrie que d'astronomie, exécutés avec une précision parfaite. (...)"<sup>33</sup>. Este laconismo torna-se tanto mais relevante quanto extenso é o elenco das actividades científicas, de surpreendente carácter heteróclito, desenvolvidas na ilha salomónica. Desde a preparação de medicamentos com base em substâncias medicinais, desde oficinas de mecânica destinadas à construção de instrumentos e máquinas, desde casas de óptica nas quais se patenteiam todas as luzes e cores, até considerável súpula de experiências conducentes ao acasalamento de várias espécies distintas, esta nova Atlântida firma-se como símbolo de um cientismo filantropo regido pelos seguintes princípios: "Prolonger la vie. Rendre, à quelque degré, la jeunesse. Retarder le vieillissement. (...)"<sup>34</sup>. Para finalizar a dimensão anti-platónica da obra em análise, detenhamo-nos no ponto de vista ideológico-político: é, de facto, incontestável, que Bacon alude a um sistema de valores bem definidos do platonismo da *República* e do platonismo herdado pela *Utopia* moriana. Após ponderar todas as consequências de um regime social justo, Thomas More, porta-voz da moral burguesa, chegou à conclusão de que só a supressão da propriedade privada facultaria uma justa repartição do trabalho, um equitativo controlo dos meios de subsistência e um correcto aproveitamento dos tempos de lazer. Contrariamente à utopia moriana, que constitui uma reactualização do platonismo, o chanceler inglês Bacon não tarda a formular uma utopia burguesa e industrial, alicerçada na promessa de que o progresso inerente aos conhecimentos, artes e ofícios se revelará solução eficaz para todos os problemas, de sobremaneira para a penúria e para o pauperismo.

Propondo uma visão abstracta em demasia do continente perdido, embora não pouco rica no plano filosófico-literário, a baconiana *Nova Atlântida* não viria a contribuir tanto para a popularidade do mito como o romance de aventuras, em voga no século XX, que transmudou a famigerada ilha em cenário de acção, em cerne medular de uma intriga e em objecto de uma busca imaginária. Quem não se recorda desse romance de Pierre Benoit intitulado *L'Atlantide*, publicado em 1920 e adaptado ao cinema em 1932 por G. W. Pabst? Sequela sintomática do seu sucesso e, logicamente, do seu

“suspense” não deixa de ser o incitamento à leitura, quiçá da autoria do editor, manifesto no verso da capa: “Disposez-vous d'une nuit entière? Si oui, ouvrez ce livre sans pareil, lisez-en les premières lignes... Vous ne le fermerez qu'au petit jour, après avoir vécu des heures de fièvre intense...” Contextualizado na política colonial da época, o ficcional prolongamento do *Critias* reveste-se, nesta obra-prima das letras francesas, de uma tonalidade inquietante e envolvimento misteriosa, agudizadas pelo facto de o romancista se aproximar, retomar e tentar esclarecer o mito platónico à luz das teorias defendidas por Etienne Félix Berlioux <sup>35</sup>, professor da Universidade de Lyon e autor de *Les Atlantes, Histoire de l'Atlantis et de l'Atlas primitif* (1883). No decurso de uma missão científica, o capitão Morhange e o tenente de Saint-Avit perdem-se no Sul algeriano e, guiados por estranho caminho de água, aportam ao castelo de Posídon, no Hoggar, maciço de relevo vulcânico cavado por gargantas profundas. Este reino paradisíaco, povoado de touareg ou targui enigmáticos, desenterrado de um oceano de areia onde é legível a imensidade dos séculos, funde-se e confunde-se com Antinéa, a última descendente de Neptuno. Consoante a explicação etimológica ficcional, como é óbvio, dada ao capitão Morhange por M. Le Mesge, o nome próprio Antinéa deve ser lido tinea-atlant(e), tendo em consideração que

- o prefixo -an não se torna, per se, significativo, visto constituir o resultado da apócope de atl- em atlan;
- tinea, de tī (artigo feminino berbere) e nea, significa *a nova*;
- donde, a verdadeira identidade de Antinéa e sua identificação à Nova Atlante.

Esta Nova Atlante ou cruel Antinéa (peregrina, conquanto em vão, do Amor e herdeira donjuanesca do Absoluto) atrai para os seus domínios recônditos exploradores e oficiais que fascina ou seduz, mas dos quais se desembaraça levemente quando a curiosidade primeira e o sentimento inicial vergam sob o peso da rotina, sob o signo do desinteresse: “(...) Mourir, aimer. Comme ces mots résonnent naturellement dans la salle de marbre rouge. (...)” <sup>36</sup>. Nesta sala de mármore vermelho, círculo perfeito de pavimento polido onde, em torno de uma fonte de água fresca, se dispõem em coroa dez lampadários de cobre, as paredes acobreadas albergam cento e vinte nichos sombrios, cada

qual de três metros de altura, nos quais estranhas formas humanas podem ser vislumbradas. São os cadáveres embalsamados das vítimas de Antinéa, conservados graças ao método dito galvanoplástico, ou seja, pela acção do oricalco, esse metal desconhecido, misto de ouro e prata, de que fala Platão no *Critias*.

“Número 53. Major Sir Archibald Russell. Né à Richmond, le 5 juillet 1860. Mort au Hoggar, le 3 décembre 1896.”<sup>37</sup>

“Número 52. Capitaine Laurent Deligne. Né à Paris, le 22 juillet 1861. Mort au Hoggar, le 20 octobre 1896.”<sup>38</sup>

“Número 50. Marquis Alonze d'Oliveira, né à Cadix le 21 février 1868. Mort au Hoggar, le 1.<sup>er</sup> février 1896.”<sup>39</sup>

E as cavidades tumulares ou crípticas continuariam a proliferar não fosse Antinéa apaixonar-se por Morhange, cuja indiferença perante a 'diva' não tardará a ditar-lhe morte punitiva, infligida pelo braço de Saint-Avit, mas perpetrada pela voz persuasora da Atlante cruel: “(...) – Ce que tu voudras, ce que tu me demanderas, je le ferai, je le ferai. (...) – Ce que tu voudras, je le ferai. (...)”<sup>40</sup>.

Eis como o mistério da mulher, o exotismo da mulher e o desejo da mulher se entrecruzam nos labirintos da errância humana e nos enredos oníricos do desejo, metaforizado num cosmorama mítico: uma baía enorme aberta sob o céu de um azul intenso, uma espécie de balcão talhado no flanco de uma montanha, um jardim edénico animizado por palmeiras, amendoeiras e laranjeiras, um rio largo, alimentado por cascata, a desaguar na transparência do lago e, por fim, altas montanhas, totalmente cobertas de neve, a apertarem ciosamente essa utopia chamada Atlântida<sup>41</sup>.

Esta *Atlântida* de Pierre Benoit, repassada de alusões a Plínio o Antigo e a Berlioux, apropria-se do *Critias* inconcluso para o prolongar, completa o discurso narrativo de Platão e assume-se metaficcionalmente como término ou pseudo-término do diálogo platónico: “(...) – **Le Critias?** Mais il est inachevé, murmura Morhange.

- Il est inachevé en France. (...) Ici, il est achevé. Vérifiez l'exemplaire que je vous tends.

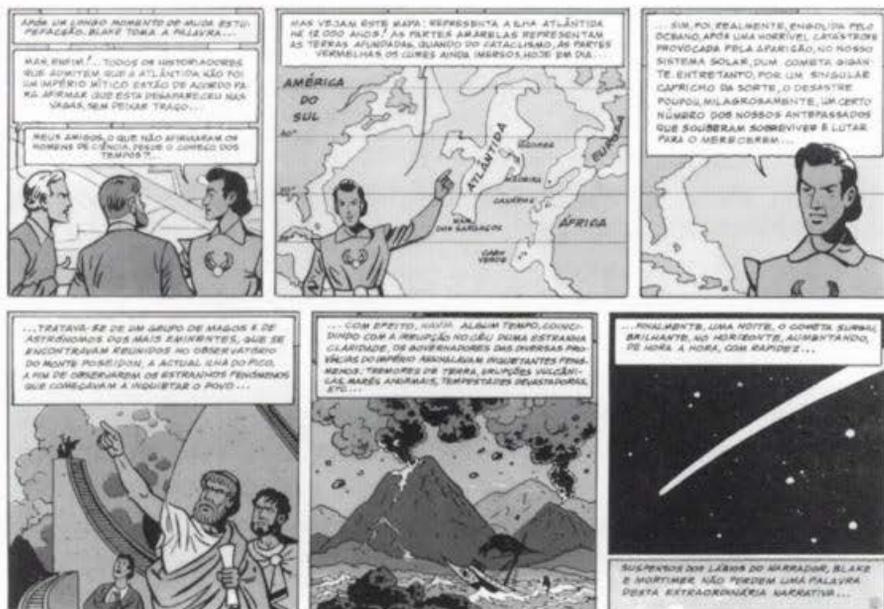
- Mais quel rapport, quel rapport, répétait Morhange (...) entre ce dialogue complet, il me semble, oui, complet, quel rapport avec cette femme, Antinéa? (...)
- Parce que, répondit imperturbablement le petit homme, parce que ce livre, à cette femme, c'est son livre de noblesse, son Gotha (...) parce qu'il établit sa prodigieuse généalogie; parce qu'elle est (...) la petite-fille de Neptune, la dernière descendante des Atlantes. (...)" 42.

À imagem e semelhança das suas congéneres, a **Atlântida** de Pierre Benoit, autor de **Koenigsmark**, prima, uma vez mais, pela figura acabada do inacabamento: no seu explicit, Saint-Avit é re-chamado, indirectamente, ao vazio da plenitude utópica, pela voz irresistivelmente rediviva de Antinéa...

Se a Atlântida pertence a um outro mundo, mais do domínio do pensamento que do espaço propriamente dito, ela tanto vive sobre a terra, sob o mar ou para lá das estrelas, co-habitando pacificamente com os astecas, os faraós e os robôs, anfibia esta demonstrada pelas aventuras, em banda desenhada, do Capitão Nemo, de Blake e Mortimer. Prova flagrante do seu intenso valor simbólico é a visão de Daphne Vigers, que, em obra intitulada **Atlantis Rising**, faz comovente e aterrorizador relato do renascimento do Antigo País: "(...) Foi então que avancei no tempo e vi a Atlântida erguer-se do seu túmulo aquático. (...) À medida que o continente continuava a emergir, pensei ter visto os pilares de um templo atlante, ainda de pé. (...) Pude então discernir a ascensão e queda da terra. (...) As águas acalmaram e divergiram em correntes à volta do continente insular. O Sol brilhava de novo sobre a Atlântida e a vida habitava nela. (...)" 43.

Tal como a Atlântida, tantos outros mitos e lendas evocadoras 44 de ilhas fantasmagóricas e cidades perdidas não deixam de se instituir como passaporte para o sonho: os sinos das lendárias catedrais delidas face à Bretanha continuam a ecoar e a retinir naqueles que os sabem escutar; a rememoração da última viagem do Rei Artur a Avalon teima em ser reavivada pelo sol poente no Atlântico; e, por fim, as torres e os castelos dourados de Tir-na-n'oge persistem na retentiva dos Irlandeses que abarcam a vertente oeste do oceano.

Final, a Atlântida é imprescindível: como mito e utopia/ucronia, ela constitui um dos mais eficazes meios evasivos do horizonte emparedado que, – “hélas!” –, somos obrigados, dia-a-dia, a percorrer...



JACOBS, Edgar P. – *O enigma da Atlântida*. Amadora: Bertrand, 1980, p. 21.

## Notas

<sup>1</sup> Vide CAYCE, Edgar, *Les mystères de l'Atlantide revisitée*. Canada, Les Éditions de Mortagne, 1994.

<sup>2</sup> Vide IMBELLONI, J. / VIVANTE, A., *Le livre des Atlantides*. Paris, Payot, 1942.

<sup>3</sup> Vide ELIADE, Mircea, *Aspects du mythe*. Paris, Gallimard, col. "Idées", 1981, p. 30 e seguintes.

<sup>4</sup> Ver, a este respeito, ELIADE, Mircea, *Mitos, sonhos e mistérios*. Lisboa, C.L., 1990.

<sup>5</sup> Cf. MALINOWSKI, B., *Magic, science and religion*. New York, 1955, pp. 101 e 102 (citado por Mircea ELIADE in *Aspects du mythe*, p. 32).

<sup>6</sup> Cf. ELVIRA, Antonio Ruiz de, *Mitología clásica*. Madrid, Editorial Gredos, S.A., 1995, p. 8 e seguintes.

<sup>7</sup> Vide MOREUX, Th., *L'Atlantide a-t-elle existé?* Paris, chez Gaston Doin, Éditeur, 1924.

<sup>8</sup> Cf. OTTO, Walter F., *Essais sur le mythe*. Mauvezin, Trans-Europ-Repress, 1987, pp. 33 e 34 (obra traduzida do alemão por Pascal David).

<sup>9</sup> Vide LÉVI-STRAUSS, *Anthropologie structurale*. Paris, Plon, 1973-1974.

<sup>10</sup> Cf. SANSOT, Pierre, "La parole habitante et la pensée mythique" in *Le mythe et le mythique* (Colloque de Cerisy). Paris, Albin Michel, col. "Cahiers de l'hermétisme", 1987, pp. 103 e 104.

<sup>11</sup> Cf. JABOUILLE, Victor, *Iniciação à ciência dos mitos*. Mem Martins, Editorial Inquérito, 1994, p. 17.

<sup>12</sup> Cf. ELIADE, Mircea, *O mito do eterno retorno*. Lisboa, Edições 70, col. "Perspectivas do Homem", 1978.

<sup>13</sup> Cf. "Le mythe de l'Atlantide avec Pierre Vidal-Naquet" in *L'Histoire*, n.º 111, Maio de 1988, p. 58.

<sup>14</sup> Cf. *Timée* in *Oeuvres Complètes de Platon*. Paris, Librairie Garnier-Frères, Classiques Garnier, 1939, p. 451.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 453.

<sup>16</sup> *Idem*, p. 454.

<sup>17</sup> Cf. *Critias* in *Oeuvres Complètes de Platon*, p. 552.

<sup>18</sup> *Idem*, p. 558 e seguintes.

<sup>19</sup> Ver, sobre este assunto, GRIMAL, Pierre, *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, pp. 54 e 55.

<sup>20</sup> Cf. *Critias*, p. 568.

<sup>21</sup> Vide CHARPENTIER, Louis, *Os gigantes e o mistério das origens*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1973.

<sup>22</sup> Cf. HOMÈRE, *L'Odyssee*. Paris, Albin Michel, col. "Cercle de Bibliophile", s/d, Canto V, p. 85.

<sup>23</sup> Vide BOURA, Olivier, *Les Atlantides. Généalogie d'un mythe*. Évreux, Arléa, 1993.

<sup>24</sup> Vide TARADE, Guy, *As portas da Atlântida*. Lisboa, Livraria Bertrand, col. "Enigmas de todos os tempos", 1978, p. 77 e seguintes.

<sup>25</sup> Vide TOMAS, Andrew, *Os segredos da Atlântida*. Lisboa, Livraria Bertrand, col. "Enigmas de todos os tempos", 1977.

<sup>26</sup> Vide MORE, Thomas, *L'utopie ou le traité de la meilleure forme de gouvernement*. Genève, Librairie Droz, col. "Les classiques de la pensée politique", 1983 (texto latino traduzido e editado por Marie Delcourt).

<sup>27</sup> Vide GANDILLAC, Maurice de, *Genèses de la modernité*. Paris, Les Éditions du Cerf, col. "Passages", 1992, p. 562.

<sup>28</sup> Cf. *L'Utopie*, "Livre Second", p. 152.

<sup>29</sup> Cf. MONTAIGNE, *Les Essais*. Paris, Éditions Gallimard et Librairie Générale Française, 1965, Tome 1, cap. XXXI – "Des cannibales", pp. 259-260.

<sup>30</sup> Cf. BACON, Francis, *La Nouvelle Atlantide*. Paris, Payot, col. "Bibliothèque Scientifique", 1983, p. 39.

<sup>31</sup> Cf. *La Nouvelle Atlantide*, p. 85.

<sup>32</sup> Cf. LE DOEUFF, Michèle / LLASERA, Margaret, *La Nouvelle Atlantide suivi de Voyage dans la pensée baroque*. Paris, Payot, 1983, p. 118.

<sup>33</sup> Cf. *La Nouvelle Atlantide*, p. 82.

<sup>34</sup> *Idem*, "Magnalia naturae, praecipue quoad usus humanos", p. 86.

<sup>35</sup> Cf. *Dictionnaire des mythes littéraires* (sous la direction du Professeur Pierre Brunel), Éditions du Rocher, Jean-Paul Bertrand Éditeur, 1988, p. 207.

<sup>36</sup> Cf. BENOIT, Pierre, *L'Atlantide*. Paris, Albin Michel, col. "Le livre de Poche", 1920, p. 175.

<sup>37</sup> *Idem*, p. 120.

<sup>38</sup> *Idem*, p. 123.

<sup>39</sup> *Idem*, p. 124.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 199.

<sup>41</sup> *Idem*, pp. 92 e 93.

<sup>42</sup> *Idem*, p. 103.

<sup>43</sup> Citado por HOPE, Murry in *A magia atlante*. Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 203, 204 e 205.

<sup>44</sup> Vide BERLITZ, Charles, *L'Atlantide retrouvée. Le huitième continent*, Éditions du Rocher, Jean-Paul Bertrand, 1984.